

<p>FAHIMTB</p>  <p>ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL</p> <p>AHIMTB/RS ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA</p>	<h1>O TUIUTI</h1>	
<p>ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DA ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RS E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL</p>		
<p>200 anos da ACADEMIA REAL MILITAR e da AMAN</p>		
<p>Ano 2012</p>	<p>Janeiro</p>	<p>Nº 07</p>

PIRATINI - UM SAGRADO SÍMBOLO GAÚCHO FARRAPO



Cel Cláudio Moreira Bento (x)

“Se rasgou o negro lençol de nuvens que envolvia a vastidão dos céus. E do lado do Sul brilhou uma estrela - PIRATINI, na qual se lia Amor, Fraternidade, Humildade. (Tito Lívio Zambecari em artigo, em 1839)

A Revolução Farroupilha 1835-45, orgulho cívico dos gaúchos, proclamou a República Rio Grandense, muito confundida como República de Piratini, a qual se constituiu na única experiência republicana brasileira efetiva antes de 19 Nov 1889. Revolução que teve por epicentro e pólo irradiador o então município de Piratini, criado em 1832, ao qual pertenciam os atuais municípios de Bagé (até o Piraí), Hulha Negra, Candiota, Pinheiro Machado, Cerrito e Canguçu. A Piratini por decreto de Bento Gonçalves, de 4 Ago 1838, foi incorporado parte do atual município de D. Pedrito, ao sul do arroio Jaguarí e a leste do arroio Ponche Verde.

Pelo grande simbolismo e projeção histórica farrapa que encerra o nome Piratini, nas histórias do Decênio Heróico e do Rio Grande do Sul, impõe-se como dever de justiça, na voz da História, evocar aos gaúchos, em especial aos tradicionalistas, a projeção de Piratini na História do Rio Grande e mesmo do Brasil e a razão do título deste artigo.

Origens da cidade de Piratini, a primeira capital farrapa

Mapa da Demarcação do Tratado de Santo Ildefonso de 1777 levantado entre 1784-88, que reproduzimos em O Negro e descendentes na Sociedade do RGS. Porto Alegre: IEL, 1975 (p.185), registra no rio Piratini o passo do Acampamento. Este, local

de acampamento dos demarcadores do citado tratado. Logo acima, estâncias portuguesas já infiltradas ao sul do Piratini em desacordo com o tratado referido e, inclusive charqueadas, ao sul da confluência do Piratini com o canal São Gonçalo.

Concluídos os levantamentos, por Carta de 6 de julho de 1789 do Vice-Rei do Brasil, foram concedidas em Piratini 48 datas de terras a casais de açorianos. Concessões no Capão Grande do Piratini, entre os arroios Piratini Mirim, a leste, e o do moinho de José Matos de Guimarães (meu tetravó paterno) que ali instalara um moinho de trigo e mais tarde construiu a primeira igreja de Piratini em 1811-12.

Neste mesmo ano de 1789 (da Revolução Francesa), por ato do mesmo Vice-Rei, foi removida de Canguçu-Velho atual, a sede da Real Feitoria do Linho Cânhamo do Rincão do Canguçu que ali fora instalada em 1783, assunto que trato em detalhes em meu livro: BENTO, Cláudio Moreira. Em Canguçu Velho – Canguçu - RS a sede da Real Feitoria do Linho Cânhamo do Rincão do Canguçu 1783-1789. Resende: AHIMTB/IHTRGS/ACANDHIS, 2009. 2ed.

As terras onde foram colocados os casais faziam parte de uma estratégia de ali barrar possíveis caminhos de invasão por espanhóis ao Rio Grande do Sul, ao longo do divisor da serra dos Tapes, a partir de Cerro Largo (atual Mello), através do passo Centurión (então Passo N.S. da Conceição) do rio Jaguarão.

Estudou o povoamento de Piratini Jayme Lucas d'Ávila em seu precioso livro Povoadores de Piratini - Açorianos (casais D'El –Rey), militares, tropeiros, aventureiros e outros. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2007.

Na iminência de guerra entre Portugal e Espanha, foram fundadas, no início de 1800, as atuais cidades de Caçapava, Encruzilhada e Canguçu, situadas sobre possíveis caminhos de potenciais invasões espanholas ao Rio Grande do Sul, sobre as serras dos Tapes e Herval.

Os casais se estabeleceram em Piratini, de 1789 a 1807. O Tratado de Santo Ildefonso de 1777, imposto pela Espanha a Portugal, desgostara sobremodo os rio-grandenses. E de 1777 a 1800 houve um grande esforço de Portugal para infiltrar seus súditos em território motivo de disputa entre Portugal e Espanha.

E ao sul do Piratini disto se encarregou o comandante da Fronteira do Rio Grande e sesmeiro em Cerrito (atual), o Marechal Manoel Marques de Souza I, denominação histórica da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada de Pelotas, cuja proposta vitoriosa foi por nós sugerida e instruída. Infiltração iniciada ao sul de Piratini já antes de 1784 e que foi percebida e denunciada pelo espanhol Feliz Azara, fundador de São Gabriel, alertando que se ali não se criassem núcleos espanhóis em 4 anos a Espanha perderia o território, no caso em tela, entre os rios Piratini e Jaguarão. E esta perda aconteceu logo. E Piratini, como Vila dos Casais, formou na vanguarda desta infiltração portuguesa, ao ponto de 11 anos antes da Guerra de 1801 ali se estabelecerem casais açorianos para um duplo papel de soldado e agricultor. E para esta infiltração muitos açorianos se deslocaram de Estreito, Mostardas e Povo Novo para a fronteira, então no corte do Piratini, em Piratini, Canguçu, Vila Freire e Cerrito atuais, de onde muitos partiriam para a conquista da estância própria nos territórios conquistados em 1801, entre os rios Piratini e Jaguarão e nos Sete Povos das Missões, em guerra financiada pelos estancieiros gaúchos.

Coincidente com a instalação de 48 casais em Piratini, em Canguçu atual a Real Feitoria do Linho cânhamo do Rincão do Canguçu (1783-89), com sede em Canguçu

Velho atual, era transferida, por questões de segurança, de provável Zona de Guerra para São Leopoldo.

Assim, em 1º Jan 1800 foi fundado Canguçu atual como capela curada. E fundada numa encruzilhada e nó orográfico, no dorso da Serra dos Tapes, capaz de barrar caminhos de invasão provenientes de Mello, no Uruguai, ou de Rio Pardo demandando Rio Grande e vice e versa. A sede da Real Feitoria passou a ser conhecida desde então como Canguçu Velho.

Em 1801 ocorreu a vitoriosa guerra que dilatou a fronteira de Portugal com a Espanha, do rio Piratini ao Jaguarão e do Taim ao Chuí e conquistou os Sete Povos das Missões. Conquistas não devolvidas por Portugal em razão da Espanha não haver devolvido a cidade portuguesa de Olivença. Guerra que reestudamos e a reinterpretemos em História da 3ª Região Militar (Porto Alegre: SENAI,1994).

Em 1811 teve lugar a fundação de Bagé por Dom Diogo de Souza, Governador e Capitão-General da Capitania do Rio Grande de São Pedro (atual RGS) criada em 1809. Em 1816 e 1820 agitou-se a fronteira no Rio Grande do Sul com as guerras contra Artigas, tendo chegado de Portugal a Divisão de Voluntários Reais.

A insegurança na fronteira do Vai e Vem elegeu Piratini, situada sob a proteção da serra dos Tapes, como local seguro para se viver. E para Piratini migraram famílias que construíram boas casas antes mesmo da guerra de 1801 e até 1832, inclusive palacetes e sobrados até hoje em pé, que iriam abrigar a República Rio Grandense em 1836.

A Guerra Cisplatina (1825-28) de que resultou a independência do Uruguai em relação ao Brasil, do qual fora Província Cisplatina por cinco anos, provocou mais migrações para Piratini, em busca de segurança. E no final desta guerra ali o Exército Brasileiro em Operações no Sul, esteve acampado no inverno de 1828 até ser desmobilizado em 18 Dez 1828, em decorrência do Tratado Preliminar de Limites que colocou fim a Guerra Cisplatina 1825-1828.

E em Piratini radicaram-se e casaram alguns militares desmobilizados como o Alferes Antônio Joaquim Bento (pai), nosso trisavô, com Cecília Matos de Guimarães, filha do citado José Mattos de Guimarães, construtor da igreja local.

O Alferes Antônio Joaquim seria o primeiro professor do Alegrete nomeado pelos farrapos, segundo o jornal farrapo O Povo. E seu filho Antônio Joaquim Bento seria o primeiro professor régio de Canguçu em 1857. Este teve um irmão chamado Carlos Frederico Lecór Bento, o avô do ex-prefeito de Cerrito Genes Leão Bento. É nome em homenagem de seu pai, amigo do General Lecór (Visconde de Laguna) com quem viera de Portugal integrando a Divisão de Voluntários Reais.

Assim, Piratini que passou a ser conhecida como a Vila dos Casais, tornou-se localidade segura e atrativa, crescendo a cada dia a sua população e prosperando, em especial com a produção de trigo em suas terras férteis e com o dorso da serra dos Tapes assegurando comunicações a cavalo e de carretas pelos divisores de água, “sem se molhar as patas dos cavalos, das mulas e das boiadas”.

A instalação da Vila de Piratini

Piratini foi instalada em 7 Jun 1832, decorridos 33 anos do início de seu povoamento. Dos 40 signatários da ata de fundação registramos entre outros: Bento Gonçalves da Silva, Ubaldo Pinto Bandeira, (irmão do Brigadeiro Pinto Bandeira), o

mais tarde Comendador Manoel José Gomes de Freitas (grande historiador, nascido e batizado em Canguçu), Serafim José da Silveira (trisavô materno do autor), José de Matos Guimarães (tetravô paterno do autor), Bernardo Pires (o simbolista farrapo e bisavô do historiador e tradicionalista Major Ângelo Pires Moreira e pai da idéia de criação do município de Canguçu em 1857).

Na eleição para a 1ª Câmara de Piratini foram os 8 mais votados: Vicente Lucas de Oliveira (último Ministro da Guerra farrapo) - 361 votos; Manoel Rodrigues Barbosa - 334; Manoel Gomes de Guimarães Filho - 294; Serafim José da Silveira - 274 (e que não assumiu por haver sido eleito juiz ordinário); Manoel José da Silva Santos Veleda - 215; José Pereira da Silva Cacório - 203 e Ramão Garcia Vasconcelos -194.

A Câmara de Piratini - a constituinte da República Rio Grandense

Estourando a Farroupilha em Porto Alegre em 20 Set 1835 ela saiu a campo. Em 10 Set 1836 Antônio Neto venceu o combate do Seival com sua Divisão Liberal integrada por habitantes do vasto município de Piratini. E a frente dela, no outro dia, no Campo do Meneses, proclamou a República. O importante foi que a Divisão Liberal de Neto resultou da transformação da Legião de Guardas Nacionais do Termo de Piratini criada em 14 Out 1835 pelo Presidente da Província, tendo como Chefe o Cel Antônio de Souza Netto. Este tio do mais tarde General Zeca Mattos Netto, revolucionário de 23, filho de Rafaela Mattos nossa tia bisavó materna, por irmã do Ten Cel Honorário do Exército Theophilo de Souza Mattos que comandou os canguçuenses na Guerra do Paraguai. E ambos filhos de Ana Rodrigues de Sena, ligada à estirpe dos Lemes, segundo a genealogista Ilka Guittes Neves, do Colégio Genealógico Brasileiro em pesquisa Dos Lemes aos Moreira Bento de Canguçu. Trabalho que incorporamos em nosso livro: *Dos Lemes da ilha da Madeira aos Mattos, Moreiras e Bentos de Canguçu: Resende-RJ: ACANDHIS, 2006.* Trabalho para o qual contribuíram com informações genealógicas, além de Ilka Neves, Luiz Carlos Barbosa Lessa, Moacir Mattos e Cairo Moreira Pinheiro.

A Legião Liberal foi organizada pela Câmara de Piratini com o nome de Corpo de Guardas Nacionais com dois esquadrões, totalizando 4 companhias com as seguintes paradas: Piratini, Bagé, Canguçu e Cerrito (Vila Freire e atual Cerrito). As companhias de Piratini e Bagé formaram o 1º Esquadrão. As de Canguçu e Cerrito formavam o 2º Esquadrão. Ao 1º Esquadrão se incorporaram guardas nacionais dos atuais municípios de Pinheiro Machado, Hulha Negra e Candiota. Foram estes guardas nacionais farrapos que colheram as glórias de Seival. Combate que descrevemos e analisamos militarmente pela primeira vez em *O Exército farrapo e os seus chefes. Rio de Janeiro: Bibliex, 1992 v..2.* Devemos esta informação da organização do Corpo de Guardas Nacionais de Piratini ao seu historiador Davi de Almeida em seu livro *História do Município de Piratini (roteiro histórico e sentimental).* Piratini: Gráfica CEAJ, 1988.2ed. Trabalho em que nos reconhece, como um dos historiadores que fazem justiça a projeção histórica de Piratini no Rio Grande do Sul.

Combate do Seival que também contou com a contribuição de Lanceiros Negros Farrapos, criou condições para a proclamação da República no dia seguinte em Campo do Menezes e assim decretada pela Câmara de Piratini depois de assumir o papel de Constituinte da República Rio Grandense para formalizá-la juridicamente. Pois

decorridos 56 dias da vitória de Seival, em 6 Nov 1836, a Câmara de Piratini se reuniu e deliberou:

- 1 - Assumir o papel de Constituinte (provisória) da novel República Rio Grandense (daí a chamarem impropriamente República de Piratini).
- 2 - Proclamar independente do Império do Brasil a Província do Rio Grande.
- 3 - Declarar a Província do Rio Grande do Sul estado livre, constitucional e independente com a denominação de Estado Rio Grandense.
- 4 - Poder ligar-se o estado Rio Grandense por laços de federação a outras províncias que adotarem a República.

Assinaram estas importantes decisões históricas os vereadores Vicente Lucas de Oliveira, Manoel José da Silva Santos Veleda, Serafim José da Silveira, Antônio Correia da Silva, João Antônio de Moraes e José Pereira Cacório. No outro dia a mesma Câmara, ausente Silva Verde por doente, presidiu as seguintes eleições:

- Do Cel Bento Gonçalves da Silva (preso no forte do Mar em Salvador) para Presidente da República, tendo como substituto eventual no seu impedimento o seu amigo José Gomes Jardim, um tutor de fato e de direito da República.

- Dos vice presidentes Paulino da Fontoura, Major José Mariano de Matos e Ignácio José de Oliveira Guimarães.

Segundo a tradição, o vereador Serafim José da Silveira (nosso trisavô) para evitar que o vice-presidente Paulino da Fontoura assumisse o governo por ser conhecido boêmio e conquistador, criou a figura aprovada de Gomes Jardim para assumir a Presidência em substituição a Bento Gonçalves preso.

Serafim José da Silveira era sogro de José Ignácio Moreira que foi secretário do Ministro da Justiça e do Interior Cel José Pinheiro Ulhoa Cintra, natural de São João de Rei, considerado o “ghost writer” de Bento Gonçalves. Segundo Cairo Moreira Pinheiro, de José Ignácio Moreira que foi o primeiro serventário de Justiça de Canguçu se originou o ‘gen literário’ do Moreiras que foi transmitido a seus filhos os escritores irmãos Franklin Máximo e Carlos Norberto Moreira, ao seu neto Tarcílio Moreira Mattos, aos seus bisnetos, Firmo Duarte Moreira, Ângelo Pires Moreira, Mário Barbosa Mattos, Moacyr Mattos e Cláudio Moreira Bento, aos seus trinets, Paulo e Luiz Carlos Barbosa Lessa, Clóvis Rocha Moreira, Cairo Moreira Pinheiro, Carlos Norberto Stumpf Bento e Fábio Régio Bento, ao que ate agora se conhece.

Esta mesma Câmara deu posse a Bento Gonçalves na Presidência em 16 Dez 1837. Entre os vereadores mais uma vez José Serafim da Silveira, que a presidiria de 1842-45. Piratini foi capital farrapa de 10 Nov 1826 a 7 Jan 1837; de 26 Mai 1837 a 14 Fev 1839; de 4 Mai 1843 até o final da revolução. Ou seja, teria abrigado o governo por mais de três anos.

O período áureo da República Rio Grandense teve Piratini como capital. Foram aprovadas a bandeira, brasão e hino rio-grandense e ali editado o jornal O Povo, etc. Mas embora no campo militar a Revolução Farroupilha tenha terminado em 28 Fev e 1º de março de 1845 em D. Pedrito atual, ela continuou e continua no campo político.

Farrapos que combateram em defesa do Brasil e não do Império nas guerras externas contra Oribe e Rosas, 1851-52, e contra Solano Lopes do Paraguai, 1865-700, levavam à guisa de bandeira o lenço farrapo idealizado por Bernardo Pires em Piratini, lembrando o ideal republicano. E a revolução republicana farrapa no campo político influenciou de modo marcante meios universitários de Direito em São Paulo, através da pregação de Assis Brasil que produziu a primeira versão farrapa da história

da Revolução. Movimento este republicano, que influenciou o ânimo do Marechal Deodoro da Fonseca como Presidente do Rio Grande do Sul, através de contatos que manteve com os republicanos Júlio de Castilhos e Assis Brasil na rumorosa Questão Militar que liderou. Mas não parou a influência política republicana do Decênio Heróico. Quatro oficiais nascidos no Rio Grande do Sul tiveram grande influência na conspiração e sucesso da Proclamação da República no Rio de Janeiro: o Ten Cel João Nepomuceno Medeiros Mallet (filho de Bagé), o Major Solon Ribeiro e o Capitão Mena Barreto (filhos de Porto Alegre) e o Coronel José Simeão de Oliveira (filho do Rio Grande). E a Revolução política farrapa continuou. Os ideais políticos da Revolução Farroupilha irradiados de Piratini foram consagrados pela Constituinte Gaúcha de 1891 que adotou como símbolos do Rio Grande do Sul a bandeira, brasão, hino, ideais e valores republicanos farrapos decididos em Piratini. E dentre eles o de Firmeza e Doçura inscritas no brasão sob a forma de dois amores perfeitos. E foi mais longe! Deu o nome à sede do Governo do Estado de Palácio Piratini em homenagem a Piratini, a primeira capital farrapa, onde a revolução republicana farrapa viveu os seus mais gloriosos dias. E foi em Piratini que nasceu Luiz Carlos Barbosa Lessa, filho de canguçuenses e tetraneto do vereador farrapo Serafim José da Silveira para, inspirado em Piratini, levantar a bandeira do tradicionalismo gaúcho no CTG 35 junto com seus parceiros neste histórico empreendimento, em especial de Paixão Cortes, e ser consagrado por órgão da imprensa gaucha, por esta razão, como “um dos gaúchos que marcaram o século XX”.

Reflexão

Por tudo o que aqui foi escrito sobre Piratini e os municípios de Canguçu, Cerrito e Bagé (até o Piraí) que o integravam quando capital farrapa, pela proclamação da República Rio Grandense no campo militar em Seival em 10 Set 1836 e, no campo político em Piratini em 6 Nov 1836, era justo de se esperar que estas comunidades tivessem merecido um tratamento mais justo de parte do Rio Grande do Sul e do Brasil e das Tradições e História gaúchas. Mas não foi o que aconteceu!

Celebrada a Paz, Piratini “a cidade sagrada dos farrapos” e hoje glória gaúcha, caiu no esquecimento. Foi discriminada pela Província e Império. Foi engessada! De capital farrapa irradiadora da revolução republicana que até hoje influencia a República do Brasil, foi rebaixada a vila. E de lá para cá em nada se aproveitou administrativa e politicamente de seu pioneirismo republicano e, repetimos, mesmo depois de proclamada a República.

Mas os ideais republicanos farrapos vitoriosos pelos quais filhos do então município de Piratini lutaram e morreram em 1835-45 continuaram sendo louvados em especial nos CTGs. Mas nada para Piratini e por extensão para Canguçu e Cerrito, cujas autoridades republicanas em todos os níveis as esqueceram, deixando-as estagnarem, como o desejaram autoridades do Império.

Filhos de Piratini e dos atuais municípios que o constituíam foram convocados em 1893 como Cavalaria Civil, pelos governos do Estado e do Brasil para os defenderem. E eles pagaram alto preço com suas vidas imoladas inermes, por degola, por mercenários platinos no solo pátrio, depois de rendidos sob garantia de vida no covarde massacre federalista de 28 Nov 1893 no Rio Negro. Confirmar é obra de simples raciocínio e verificação das histórias dos municípios que forneceram os soldados para a vitória do Seival e que sustentaram a proclamação da República em

Campo do Menezes, marco de uma revolução republicana brasileira civil ainda em curso no Brasil.

E assim, de tantas glórias e tradições republicanas e de cidadania com que enriqueceram o Rio Grande do Sul, pouco ou nada lhes valeu no campo político, administrativo e econômico. E lá continuam Piratini, Canguçu, Cerrito, Pinheiro Machado, Hulha Negra e Candiota (menos Bagé, até o Piraí, que teve melhor sorte) esquecidos pelas lideranças republicanas estaduais e federais que os glorificam e exaltam moralmente, mas os esquecem administrativa, política e economicamente no sentido de premiá-los pelo heroísmo de seus antepassados, celebrado anualmente na Semana Farroupilha, no Rio Grande do Sul e além.

Ainda é tempo de exercício de gratidão cívica aos povos dos municípios atuais que constituam Piratini que, ao que parece, segundo um observador arguto, ingratidão que se transformou em tradição no Império e vício na República, com que, ao que nos parece, se acostumaram e se conformaram as lideranças de Piratini e dos municípios que a integraram na Revolução Farroupilha.

História é verdade e justiça! A verdade a relatamos. Falta a justiça a Piratini e aos atuais municípios que a integravam - como um sagrado símbolo gaúcho farrapo!

(x) Presidente do Instituto de História e Tradições do RGS, da Federação das Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB), da Academia de História Militar Terrestre do Brasil/Resende – Academia Marechal Mario Travassos - e da Academia Canguçuense de História.

Fontes genealógicas relacionadas com o tema, e não mencionadas no texto que podem auxiliar o pesquisador em genealogia da Republica Rio-Grandense:

- ANAIS DO ARQ. HISTÓRICO DO RIO G. DO SUL. P. Alegre, 1981. 12 volumes;
- BENTO, Genes Leão. Raízes de nossa História. Cerrito. Ed. Autor, 2008 (sobre famílias de Cerrito – RS);
- CAXIAS, Barão de. Ofícios 1842-1845. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1950.
- (____). Ordens do Dia do Barão de Caxias 1842-1845. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1943.
- DUTRA, Iracema Ferreira, História e Memória de Piratini. Porto Alegre: Ed. do Autor, 2008;
- FETTER, Junior, Adolfo Antônio. Pioneiros, Aventureiros, guerreiros e seus herdeiros. Pelotas. Ed. Universitária/ UFPEL, 1999. v. 1;
- FONSECA, Luis Antônio Dias da. Genealogia da Família Dias Castro. Pelotas: 24 abril 2009. 74 páginas. Cópia entregue ao autor e incluída na sua coleção genealogia.
- NEVES, Ilka Guittes. Canguçu – RS. Primitivos moradores, primeiros batismos. Pelotas: Ed. Universitária / UFPEL, 1998;
- JACCOTTET, Alda Maria de Moraes. Cadernos de Genealogia – Mostardas - RS – Livro de Casamentos nº 01. 1773-1863. Pelotas: Ed. Universitária, UFPEL, 1999.
- (____). Cadernos de Genealogia- Obstinadas família de Canguçu- RS Livro 1B de Batismos 1813-1819. Pelotas: Ed do autor ,1999.
- (____). Povoadores de Pelotas Freguesia de São Francisco de Paula(1813-1825). Pelotas: Ed. Universitária –UFPEL 2006.
- O POVO 1838-40. Jornal Político e Literário e Ministerial da Republica Rio Grandense (fac- símile).Porto Alegre: Liv. Globo, 1930. Informações sobre integrantes do Exército Farrapo.
- PINHEIRO, Cairo Moreira. A Genealogia dos Mattos e dos Moreiras de Canguçu.(CD com o autor).
- REIGHANTZ, Carlos G. Povoamento do Rio Grande de São Pedro – A contribuição da Colônia do Sacramento. Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776/1976). Rio de Janeiro: IHGB/IHGMB, 1979. v. 2, p. 9/524;
- RODRIGUES, Alfredo Ferreira. Almanaque Literário e Estatístico do RGS .1889-1917. Rio Grande: (Valiosas informações sobre combatentes na Revolução Farroupilha)
- TÍTARA, Ladislau dos Santos. Capitão. Memórias do Grande Exército Aliado Libertador do Sul da América. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1950. Sobre farroupilhas que combateram ao comando de Caxias na Guerra contra Oribe e Rosas 1851-52.